



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/781.010-0	MGP2401210871	26/12/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
235.363.538-51	MASAO ICHIKAWA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12376225 em 20/01/2025 da Empresa KOKUSAI DENKI ELECTRIC LINEAR S/A, Nire 31300008665 e protocolo 247810100 - 30/12/2024. Efeitos do registro: 26/12/2024. Autenticação: CC1BD250315CA4D6C0344020D4ED989D4831B889. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/781.010-0 e o código de segurança 4iPE Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

HITACHI KOKUSAI LINEAR
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS S/A
CNPJ 19.690.445/0001-79
NIRE 3130000866-5

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA
EM 26 DEZEMBRO DE 2024**

I. Data, Lugar e Hora:

Realizada aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro de 2024, às 14:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, na Avenida Frederico de Paula Cunha, 1001, Bairro Maristela, CEP 37536-162.

II. Presença:

Acionistas:

1. - **HITACHI KOKUSAI ELECTRIC INC.**, sociedade devidamente organizada e validamente existente de acordo com as leis do Japão, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 13.255.718/0001-70 ("Hitachi Kokusai Electric"), neste ato representada pelos Procuradores, Dra. Natália Cibeles Correia da Silva e Dr. Darcio Siqueira de Sousa, conforme a procuração registrada no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob n.º 9.107.761, e;

2. - **MASAO ICHIKAWA**, japonês, casado, engenheiro, portador do RNE n.º V 801153-0 e inscrito no CPF/ME sob n.º 235.363.538-51, residente e domiciliado na Cidade de Santa Rita de Sapucaí, Estado de Minas Gerais, na Av. Sinhá Moreira, 250, Apto. 2041, Centro, CEP 37.540-000, representando a totalidade do capital social.



III. Convocação:

Dispensada a convocação, de acordo com o Artigo 124, §4º da Lei n.º 6.404/76, em virtude do comparecimento dos acionistas detentores da totalidade das ações da Sociedade, em concordância com as assinaturas contidas no Livro de Presença dos Acionistas.

IV. Mesa:

O Sr. **Masao Ichikawa**, atuou como Presidente e o Sra. **Rute Helena da Silva Pivoto** atuou como Secretária.

V. Ordem do Dia:

A) **Assembleia Geral Extraordinária:**

Deliberar sobre:

- (1) Alteração da Razão Social
- (2) Atualização do endereço da companhia
- (3) Consolidação do Estatuto Social, na forma do Anexo Único
- (4) Ratificação da abertura da filial aprovada na reunião do Conselho de Administração

Deliberações:

Os acionistas da **HITACHI KOKUSAI LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS S/A.**, de acordo com o Estatuto Social da Sociedade, decidiram aprovar, sem restrições, o quanto segue:



(1) Alteração da Razão Social

A razão social da empresa passará a ser KOKUSAI DENKI Electric Linear S/A

(2) – Atualização da Clausula 1ª e 2ª do Estatuto Social, denominação e sede da companhia (CEP)

Cláusula 1ª. KOKUSAI DENKI Electric Linear S/A (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações fechada disciplinada pela legislação brasileira, especificamente, pela Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores e pelo Código Civil, Lei n.º 10.406/2002.

Cláusula 2ª. A Companhia tem sede, administração e jurisdição na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, na Avenida Frederico de Paula Cunha, nº 1.001, Bairro Maristela, CEP 37536-162, estando inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.690.445/0001- 79:

(3) Fica aprovada a Consolidação do Estatuto Social, na forma do Anexo Único.

(4) Fica ratificado a abertura da filial aprovada na reunião do Conselho de Administração

Filial 01: KOKUSAI DENKI Electric Linear S/A , localizada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, na Avenida Sapucaí - nº 463, Bairro Boa Vista 2, CEP 37538-620.



VII. - Encerramento:

Não havendo mais matérias a serem deliberadas, esta ata foi lavrada, lida, aprovada. Estiveram presente e assinaram o livro de ATA's os seguintes acionistas: Masao Ichikawa - Presidente; Rute Helena da Silva Pivoto – Secretária; Natália Cíbele Correia da Silva - Representante da Hitachi Kokusai Electric Inc.; Darcio Siqueira de Sousa - Representante da Hitachi Kokusai Electric Inc. Acionistas: Hitachi Kokusai Electric Inc. e o Sr. Masao Ichikawa.

Declaro que a ata supra é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Santa Rita do Sapucaí, 26 de Dezembro de 2024.

Masao Ichikawa
Presidente

Rute Helena da Silva Pivoto
Secretária

Acionistas:

Hitachi Kokusai Electric Inc.

Dra. Natália Cíbele Correia da Silva

Dr. Darcio Siqueira de Sousa

Masao Ichikawa



HITACHI KOKUSAI LINEAR
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS S/A
CNPJ 19.690.445/0001-79
NIRE 3130000866-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2024

LISTA DE PRESENÇA DOS AÇIONISTAS

Acionistas	nº de ações ordinárias
Hitachi Kokusai Electric Inc.	9.999.999
Masao Ichikawa	1
Total	10.000.000

Em concordância com a versão original lavrada no próprio livro.

Masao Ichikawa
Presidente

Rute Helena da Silva Pivoto
Secretária





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/781.010-0	MGP2401210871	26/12/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
157.093.498-36	DARCIO SIQUEIRA DE SOUSA
235.363.538-51	MASAO ICHIKAWA
316.825.008-29	NATALIA CIBELE CORREIA DA SILVA
984.648.256-68	RUTE HELENA DA SILVA PIVOTO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12376225 em 20/01/2025 da Empresa KOKUSAI DENKI ELECTRIC LINEAR S/A, Nire 31300008665 e protocolo 247810100 - 30/12/2024. Efeitos do registro: 26/12/2024. Autenticação: CC1BD250315CA4D6C0344020D4ED989D4831B889. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/781.010-0 e o código de segurança 4iPE Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Anexo I
Estatuto Social

KOKUSAI DENKI Electric Linear S/A
CNPJ 19.690.445/0001-79
NIRE 3130000866-5

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Cláusula 1ª. KOKUSAI DENKI Electric Linear S/A (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações fechada disciplinada pela legislação brasileira, especificamente, pela Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores e pelo Código Civil, Lei n.º 10.406/2002.

Cláusula 2ª. A Companhia tem sede, administração e jurisdição na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, na Avenida Frederico de Paula Cunha, nº 1.001, Bairro Maristela, CEP 37536-162, estando inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.690.445/0001- 79:

Filial 01: KOKUSAI DENKI Electric Linear S/A , localizada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, estado de Minas Gerais, na Avenida Sapucaí - nº 463, Bairro Boa Vista 2, CEP 37538-620.

Parágrafo Único. A critério e mediante resolução de seu Conselho de Administração, a Companhia pode abrir filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

Cláusula 3ª. O objeto social da Companhia é a industrialização, comercialização, revenda e locação de: (i) Equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios; (ii) Aparelhos eletromédicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação; (iii) Aparelhos e equipamentos



para distribuição e controle de energia; (iv) Outros equipamentos/aparelhos, seus acessórios e peças de reposição, bem como o desenvolvimento de projetos técnicos, a prestação de serviços de instalação, assistência técnica e treinamento e o licenciamento para uso de software de desenvolvimento próprios ou de terceiros, importação e exportação.

Cláusula 4ª. A Companhia terá prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Cláusula 5ª. O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), dividido em 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

CAPÍTULO III

Assembleia Geral

Cláusula 6ª. A Assembleia Geral, órgão soberano da Companhia, reunir-se-á, ordinariamente, durante os 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim o exigirem.

Cláusula 7ª. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariada por um dos presentes à Assembleia Geral, indicado pelo presidente da mesa; as deliberações constarão da ata assinada por todos os presentes e arquivada no Registro de Comércio competente e publicada, na forma da lei.

Parágrafo Único. Todas as questões submetidas à Assembleia Geral devem ser aprovadas pelo voto afirmativo de acionistas representando 51% do capital social da Companhia.

CAPÍTULO IV

Administração da Companhia



Cláusula 8ª. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão denominados “**Administradores**”, os Administradores que compõem o Conselho de Administração serão denominados “**Conselheiros**” e os Administradores que compõem a Diretoria serão denominados “**Diretores**”.

Conselho de Administração

Cláusula 9ª. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da administração da Companhia. Os Conselheiros deverão cumprir a lei aplicável, este Estatuto Social e as Regras do Conselho de Administração, conforme aprovadas pela Assembleia Geral.

Cláusula 10ª. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 3 (três), e no máximo 9 (nove) Conselheiros, sendo um deles o Presidente do Conselho de Administração, nomeados e destituídos de seus cargos por deliberação da Assembleia Geral. Via de regra, os Conselheiros serão nomeados por cada Assembleia Geral Ordinária, com mandatos válidos até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único. No caso de renúncia ou vacância por parte de um Conselheiro, a Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para nomear um novo Conselheiro. O mandato do substituto será válido até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

Cláusula 11ª. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas em intervalos regulares ou conforme exigido pelos interesses da Companhia, sendo no mínimo 1 (uma) vez a cada 3 (três) meses. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses sociais ou a lei o exigirem. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, que deverá informar a ordem do dia, o local, a data e o horário (da primeira e segunda convocação, sendo que a segunda convocação será realizada uma hora após a primeira convocação) da reunião. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões. Se mais de 3 (três) Conselheiros solicitarem que uma reunião seja realizada, o Presidente do Conselho de Administração será obrigado a convocar tal reunião. Se o Presidente do



Conselho de Administração se recusar a convocar tal reunião ou não o fizer em 8 (oito) dias após o recebimento de tal solicitação, os Conselheiros solicitantes terão o direito de convocar tal reunião anunciando a ordem do dia, o local, a data e o horário (da primeira e segunda convocação, sendo que a segunda convocação será realizada uma hora após a primeira convocação) da reunião. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência. Independentemente das formalidades exigidas para a convocação, a reunião será considerada devidamente instalada mediante a presença de todos os Conselheiros. Atas das reuniões deverão ser redigidas por um secretário (“Secretário das Reuniões do Conselho de Administração”) a ser nomeado pelo Presidente do Conselho de Administração. As atas das Reuniões do Conselho de Administração serão assinadas pelos Conselheiros que participarem da reunião. Se necessário, as deliberações poderão ainda ser aprovadas fora das reuniões mediante voto verbal, por telefone, por escrito, por fax, por videoconferência ou por outro meio eletrônico de comunicação. Todos os Conselheiros receberão a mesma documentação de apoio para a reunião com 3 (três) dias de antecedência.

Parágrafo Único. Qualquer Conselheiro pode ser representado em uma reunião por outro Conselheiro autorizado por escrito.

Cláusula 12ª. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser consideradas devidamente instaladas com a presença da maioria dos Conselheiros e todas as questões submetidas ao Conselho de Administração deverão ser aprovadas pelo voto afirmativo da maioria dos Conselheiros presentes à respectiva reunião.

Cláusula 13ª Adicionalmente às outras atribuições estabelecidas neste Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá ser responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes gerais para o negócio da Companhia, incluindo o seu sistema de controle interno;
- b) nomear e destituir os Diretores da Companhia e estabelecer suas competências de acordo com este Estatuto Social;



- c) fixar as atribuições dos Diretores, dentro dos limites estabelecidos neste Estatuto Social;
- d) inspecionar a administração dos Diretores e analisar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações referentes aos contratos assinados ou a serem assinados ou quaisquer outros atos;
- e) convocar a Assembleia Geral;
- f) dar o parecer sobre o relatório dos administradores e as contas da Diretoria; e
- g) nomear e destituir os auditores independentes, se aplicável.

Diretoria

Cláusula 14ª. A administração da Companhia, bem como sua representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, competem à Diretoria, que será composta por, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo, 11 (onze) Diretores, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Geral de Operação, um Diretor Financeiro, um Diretor Comercial Geral, um Diretor Industrial Geral, um Diretor de Desenvolvimento Geral, um Diretor de Relações Institucionais Geral, um Diretor Comercial, um Diretor de Desenvolvimento, um Diretor Industrial e um Diretor de Relações Institucionais, os quais serão nomeados para e destituídos de seus cargos pelo Conselho de Administração. Via de regra, os Diretores serão nomeados pela primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária, com mandatos válidos até a primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. No caso de renúncia ou vacância por parte de um Diretor, a Reunião do Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocada para nomear um novo Diretor. O mandato do substituto será válido até a primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária.



Parágrafo Segundo. Os Diretores devem agir dentro dos limites de suas atribuições, conforme determinado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos neste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro. As funções específicas dos Diretores serão as seguintes:

- a) O Diretor Presidente será responsável pela supervisão e controle dos negócios da Companhia em geral e deverá ser o Presidente das Reuniões da Diretoria, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração;
- b) O Diretor Geral de Operação, sujeito à supervisão e ao controle do Diretor Presidente, será responsável pelo controle da operação da Companhia em geral e, na ausência do Diretor Presidente, exercerá as suas competências, inclusive, como Presidente das Reuniões da Diretoria, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração;
- c) O Diretor Financeiro será responsável por questões econômicas e financeiras da Companhia, gerenciamento de contratos e busca por pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo econômico da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração;
- d) O Diretor Comercial Geral será responsável por questões relativas às atividades de venda ou à condução dos negócios da Companhia no mercado doméstico e estrangeiro, no que diz respeito à comercialização de produtos e à busca de pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo de venda da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração;
- e) O Diretor Industrial Geral será responsável por questões relativas à otimização da compra e utilização de insumos, a procedimentos para a melhoria de prazos de entrega, à qualidade de produtos, à otimização de custos de fabricação e à busca por pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo de fabricação da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração;
- f) O Diretor de Desenvolvimento Geral será responsável por questões relativas à tecnologia a ser utilizada nos produtos fabricados pela Companhia, ao custo de produtos e à busca por pessoal qualificado, de



modo a otimizar o processo de pesquisa e desenvolvimento da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração;

g) O Diretor de Relações Institucionais Geral será responsável por questões relativas ao processo de qualidade, questões legais, construções, assistência técnica de produtos, processos governamentais e de incentivos, homologação de produtos e busca de pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo administrativo da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração;

h) O Diretor de Desenvolvimento será responsável por questões relativas à tecnologia a ser utilizada nos produtos fabricados pela Companhia, ao custo de produtos e à busca por pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo de pesquisa e desenvolvimento da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração e do Diretor de Desenvolvimento Geral;

i) O Diretor de Relações Institucionais será responsável por questões relativas ao processo de qualidade, questões legais, construções, assistência técnica de produtos, processos governamentais e de incentivos, homologação de produtos e busca de pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo administrativo da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração e do Diretor de Relações Institucionais Geral;

j) O Diretor Comercial será responsável por questões relativas às atividades de venda ou à condução dos negócios da Companhia no mercado doméstico e estrangeiro, no que diz respeito à comercialização de produtos e à busca de pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo de venda da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração e do Diretor Comercial Geral; e

k) O Diretor Industrial será responsável por questões relativas à otimização da compra e utilização de insumos, a procedimentos para a melhoria de prazos de entrega, à qualidade de produtos, à otimização de custos de fabricação e à busca por pessoal qualificado, de modo a otimizar o processo de fabricação da Companhia, estando sujeito ao controle do Conselho de Administração e do Diretor Industrial Geral.



Parágrafo Quarto. A Diretoria deverá se reunir, ordinariamente, ao menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que uma reunião for convocada pelo Diretor Presidente. Nas Reuniões da Diretoria (i) os Diretores deverão compartilhar informações úteis relativas ao exercício de suas funções; (ii) cada Diretor deverá submeter ao Presidente da Reunião da Diretoria um relatório escrito do desempenho de sua área nos últimos três meses; e (iii) questões relevantes para o negócio da Companhia conduzidas por cada Diretor serão verificadas e revistas.

Cláusula 15ª. A Companhia será representada pela assinatura (i) de quaisquer dois administradores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, o Diretor Geral de Operação, o Diretor Financeiro, o Diretor Comercial Geral, o Diretor Industrial Geral, o Diretor de Desenvolvimento Geral ou o Diretor de Relações Institucionais Geral; ou (ii) de um procurador.

Parágrafo Único. Os mandatos serão outorgados por quaisquer dois administradores e deverão estabelecer os poderes dos procuradores e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais, o seu prazo não deverá exceder 1 (um) ano.

Cláusula 16ª. Para serem nomeados e permanecerem em seus cargos, os Diretores deverão ter idoneidade moral e financeira, sendo vedado aos Diretores a outorga de fiança, aval ou qualquer outro tipo de garantia em nome da Companhia, para negócios estranhos ao seu objeto social.

Cláusula 17ª. Pelo exercício efetivo de seus cargos, os Diretores terão direito a uma retirada mensal a título de pro labore, dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

Conselho Fiscal

Cláusula 18ª. O Conselho Fiscal não será permanente e deverá ser composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) substitutos (“**Conselheiros Fiscais**”), acionistas ou não, residentes no Brasil, nomeados pela Assembleia Geral, sendo instalado a pedido de acionistas representando, ao menos, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.



Parágrafo Primeiro. O mandato dos Conselheiros Fiscais terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será fixada na Assembleia Geral na qual eles forem nomeados para seus cargos.

Parágrafo Terceiro. Em caso de impedimento efetivo ao exercício efetivo das funções por parte de qualquer Conselheiro Fiscal, tais funções deverão ser exercidas pelo seu suplente, até o término do impedimento ou o final do seu mandato.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DE LUCROS

Cláusula 19ª. O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, às disposições da Lei n.º 6.404/76 e deste Estatuto Social, sendo permitido o pagamento de dividendos à conta da Reserva de Lucros existente no último balanço anual.

Cláusula 20ª. Ao final de cada exercício social, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras serão preparados e submetidos à análise da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. O lucro líquido apurado em cada exercício social, após a compensação de prejuízos, bem como a provisão para o pagamento do imposto de renda, terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.
- b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, para distribuição aos acionistas, a título de dividendos.
- c) o saldo terá a destinação que lhe determinar a Assembleia Geral.



Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral, mediante proposta justificada da Diretoria, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76, poderá determinar a retenção parcial ou total do lucro líquido do exercício.

CAPÍTULO VII

Dissolução, Liquidação e Extinção

Cláusula 21ª. A Companhia se dissolverá nas hipóteses previstas em lei ou por decisão unânime de acionistas representando a maioria do capital social da Companhia.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deva operar durante o período da liquidação, nos termos da Lei n.º 6.404/76.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Cláusula 22ª. Os casos omissos deverão ser resolvidos de acordo com a legislação aplicável vigente, especialmente, a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada pelas Leis nos. 9.457, de 05 de maio de 1997, e 10.303, de 31 de outubro de 2001, bem como de acordo com o Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/781.010-0	MGP2401210871	26/12/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
157.093.498-36	DARCIO SIQUEIRA DE SOUSA
235.363.538-51	MASAO ICHIKAWA
316.825.008-29	NATALIA CIBELE CORREIA DA SILVA
984.648.256-68	RUTE HELENA DA SILVA PIVOTO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12376225 em 20/01/2025 da Empresa KOKUSAI DENKI ELECTRIC LINEAR S/A, Nire 31300008665 e protocolo 247810100 - 30/12/2024. Efeitos do registro: 26/12/2024. Autenticação: CC1BD250315CA4D6C0344020D4ED989D4831B889. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/781.010-0 e o código de segurança 4iPE Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa KOKUSAI DENKI ELECTRIC LINEAR S/A, de NIRE 3130000866-5 e protocolado sob o número 24/781.010-0 em 30/12/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12376225, em 20/01/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
235.363.538-51	MASAO ICHIKAWA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
235.363.538-51	MASAO ICHIKAWA
316.825.008-29	NATALIA CIBELE CORREIA DA SILVA
157.093.498-36	DARCIO SIQUEIRA DE SOUSA
984.648.256-68	RUTE HELENA DA SILVA PIVOTO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
235.363.538-51	MASAO ICHIKAWA
316.825.008-29	NATALIA CIBELE CORREIA DA SILVA
157.093.498-36	DARCIO SIQUEIRA DE SOUSA
984.648.256-68	RUTE HELENA DA SILVA PIVOTO

Belo Horizonte, segunda-feira, 20 de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 20/01/2025, às 11:50 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 24/781.010-0.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)

Nome

MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. segunda-feira, 20 de janeiro de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12376225 em 20/01/2025 da Empresa KOKUSAI DENKI ELECTRIC LINEAR S/A, Nire 31300008665 e protocolo 247810100 - 30/12/2024. Efeitos do registro: 26/12/2024. Autenticação: CC1BD250315CA4D6C0344020D4ED989D4831B889. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/781.010-0 e o código de segurança 4iPE Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/01/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL